

# Temas relevantes da agenda federativa

Julho de 2012

# Temas relevantes da agenda federativa

**Julho de 2012**

Relatório produzido nos termos do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest).

Pesquisador responsável: Antonio Lassance.

Colaboraram nesta pesquisa: Juliana Pittaluga e Daniela Rabello Nogueira (bolsistas IPEA) e Crislaine do Nascimento (SAF/SRI).

As opiniões expressas neste documento não representam opiniões do IPEA ou da SRI.

[antonio.lassance@ipea.gov.br](mailto:antonio.lassance@ipea.gov.br)

# Temas relevantes da agenda federativa

**Julho de 2012**

## **Análise dos temas centrais do mês**

Julho tem como assunto central as eleições municipais. Com as candidaturas homologadas e o início da campanha (a partir do dia 6), os temas federativos passam a ganhar uma atenção ainda maior na agenda política.

Questões sensíveis, como a qualidade da educação e da saúde (em particular, a situação dos hospitais), a segurança pública, o transporte e a mobilidade urbana, as obras de infraestrutura, o crack e o nível de repasses de recursos federais e estaduais para os municípios tendem a ser alvos prioritários. Em pesquisas de opinião em estados e municípios, estes têm sido os assuntos mais importantes na avaliação de desempenho dos governos.

A maioria dos municípios está mobilizada em torno da agenda do PAC Equipamentos (lançado no mês passado), que prevê a compra de ônibus e mobiliários escolares, tratores e máquinas para recuperação de estradas vicinais, ambulâncias e furgões de unidades odontológicas móveis, além da construção de sistemas de abastecimento de água para as populações rurais, instalação de cisternas, kits de irrigação e pequenas barragens.

Um tema relevante, agora com a urgência do calendário, é a gestão de resíduos sólidos. A rigor, os municípios deveriam estar concluindo neste mês seus planos de gestão de resíduos sólidos (cujo prazo se encerra na primeira semana de agosto). Conforme a lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos (lei nº 12.305/2010), os repasses de recursos da União estarão doravante condicionados à elaboração do plano. Há, porém, vários municípios em dificuldade, seja para a feitura dos planos, seja porque não chegaram a acordo sobre o destino dos lixões, problema que em muitos casos envolve mais de um município.

# Temas relevantes da agenda federativa

**Julho de 2012**

## Calendário político

### **3** de julho

- Indicativo de apresentação do parecer final do relator da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias 2013). Dentre as novidades está à expectativa de créditos extra (R\$ 37 milhões) para o Ministério das Cidades, entre outros Ministérios, custear despesas administrativas e promover campanhas publicitárias de caráter educativo sobre segurança no trânsito. A proposta enviada pelo governo dá ainda mais flexibilidade na alocação de recursos do PAC (que passaria a independe de aprovação da Lei Orçamentária Anual).

### **4** de julho

- Lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar, no Palácio do Planalto.
- Congresso de Municípios do Rio Grande do Sul (Canela/RS), maior evento do calendário municipalista do estado, discute o “Pacto Federativo”, a legislação eleitoral, Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Acesso à Informação (dias 4 a 6).

### **5** de julho

- Prazo final de registro de candidaturas a prefeito, vice-prefeito e vereador às eleições municipais de 2012.

### **6** de julho

- Início da propaganda eleitoral das eleições municipais de 2012.

# Temas relevantes da agenda federativa

**Julho de 2012**

## **7** de julho

- Prazo final estabelecido pela legislação eleitoral para realizar transferência voluntária de recursos da União aos estados e municípios, e dos estados aos municípios - o que inclui os provenientes de emendas parlamentares.
- A partir de 7 de julho é vedada, a realização de inaugurações, a contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos. Também passa a ser proibido a qualquer candidato comparecer a inaugurações de obras públicas. Também fica proibida a liberação de recursos do governo federal a partir de 7 de julho até o segundo turno.

## **11** de julho

- 9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, em Brasília –DF (11 a 14 de julho).

## **16** de julho

- Prazo para inscrições no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego voltado para o turismo - Pronatec Copa, que abrange 117 municípios brasileiros.

## **23** de julho

- Prazo para envio de propostas para criação de Unidades de Conservação (UCs) por órgãos estaduais que gerenciam áreas do gênero e também pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). O Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) do Ministério do Meio Ambiente tem R\$ 1,5 milhão para projetos de criação de UCs.

# Temas relevantes da agenda federativa

**Julho de 2012**

## **30** de julho

- Prazo para divulgação, no Portal da Transparência, das remunerações referentes aos militares das Forças Armadas, em respeito à Lei de Acesso à Informação.

## **31** de julho

- Até essa data, o Ministério das Cidades receberá propostas de estados e municípios que queiram participar da chamada pública que vai investir R\$ 5 bilhões em obras de pavimentação e qualificação de vias urbanas. A ação foi anunciada em maio, durante a XV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

# Temas relevantes da agenda federativa

**Julho de 2012**

## Eventos ao longo do mês

- Votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2013.
- PL 2.565/2011, sobre a divisão os royalties do petróleo, permanece pronto para ir a votação pelo Plenário da Câmara dos Deputados.
- A Comissão Mista da MP que altera o novo Código Florestal (571/2012) tem indicativos para os dias 4 de julho para a entrega do parecer do relator e de votação até 10 de julho pela comissão especial.
- Na pauta de votações do Senado (já em trancamento) o projeto de lei de conversão (PLV 15/12) referente à MP 561/12, que altera as regras do "Minha Casa, Minha Vida". A MP incluiu ainda o parcelamento de dívidas de estados e municípios relativas ao PIS/Pasep e a liberação de R\$ 2 bilhões para o financiamentos a produtores rurais de áreas atingidas pela seca e enchentes.
- A CDR (Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo) do Senado analisa, em caráter terminativo, a proposta que obriga a União a prestar assistência técnica e financeira aos municípios para a elaboração de planos diretores.
- Início do recesso parlamentar federal (condicionado à votação da LDO).
- A área de Educação tem seu calendário relativo ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e Programa Universidade para Todos (prazo para inscrições de candidatos a bolsas de estudos).
- Muitos municípios devem estar concluindo seus planos de gestão de resíduos sólidos, conforme a lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos (lei nº 12.305/2010). A elaboração do plano é obrigatória, condiciona os repasses de recursos da União.